

O novo perfil de profissional na indústria automobilística

Flavio Buschinelli (*)

A crise econômica colocou a indústria automobilística em xeque. No mundo todo, as montadoras puseram o pé no freio

Projetos foram adiados, orçamentos cortados e as gigantes norte-americanas fecharam milhares de postos de trabalho. Se antes do aperto financeiro a prática era recrutar e contratar executivos e profissionais especializados aos montes, com ênfase à quantidade, no pós-crise a palavra de ordem terá de ser qualidade.

Setor altamente departamentalizado por tradição, a cadeia produtiva automobilística (montadoras, autopeças, etc) sempre valorizou o profissional superespecializado — como, por exemplo, um engenheiro especialista em suspensão, ou um vendedor “expert” no atendimento a frota — em detrimento do profissional com perfil mais abrangente em competências e conhecimentos, mais generalista.

A crise, entretanto, vai pegar de frente o profissional superespecializado, que contribuiu muito quando existem novos projetos, mas torna-se caro para a organização quando estes são adiados. As vendas caem, a economia se retrai e a indústria como um todo está abalada.

É esse pessoal que está mais suscetível a perder seu emprego e não ter outra chance no mercado. Manter-se no trabalho ou começar uma carreira vai exigir uma mudança de perfil, porque as empresas passaram a necessitar de profissionais mais ecléticos, de formação mais ampla, que possam servir em várias funções.

Nesse novo panorama que se desenhou por força da crise foi preciso quebrar paradigmas basilares da indústria automobilística, setor que, com exceção do ABS, air-bag, dos veículos crossover e SUV, na verdade não apresentou nenhuma grande novidade tecnológica nos últimos 20 anos em termos de produtos disponíveis no mercado.

No Brasil, a empresa que mais se renovou nos últimos dez anos foi uma tradicional montadora de origem norte-

-americana, que trouxe para sua presidência um executivo de fora da indústria, lançou o primeiro SUV compacto do nosso mercado e implantou uma fábrica em um estado sem nenhuma tradição automobilística.

Para sobreviver nos novos tempos, não bastará diploma universitário, pós-graduação e MBA. Quem já está no mercado precisa transformar o temor da dispensa em coragem para construir uma formação mais eclética, não necessariamente atrelada às necessidades imediatas de promoção, como forma de se preparar para uma nova década de mudança de perfil que vai exigir dele uma nova postura profissional.

É preciso buscar dentro do que chamamos conhecimentos conexos ou adjacentes quais são as áreas que ele pode desenvolver de maneira mais criativa, preparando-se para as novas demandas do mercado. Talvez fazer um curso de História da Arte, Sociologia, Filosofia, Design Gráfico, Engenharia Ambiental ou outro qualquer que ajude a entender como aquela tecnologia pode ser reinterpretada para servir melhor às necessidades do consumidor ligadas à situação da sociedade naquele momento.

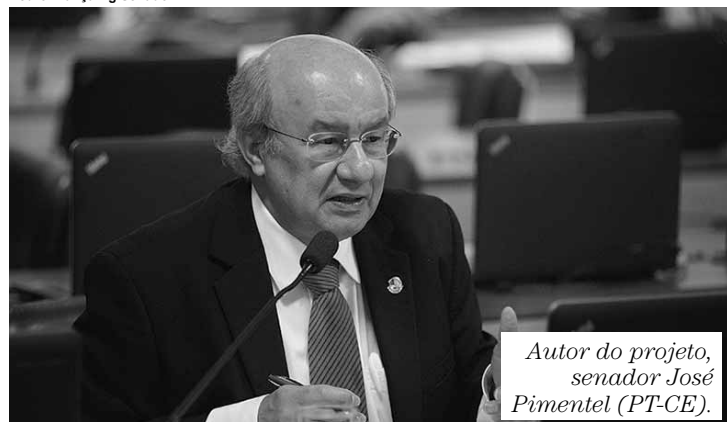
Quem quer entrar neste ou em outro mercado deve fazer um “autoteste vocacional”, a fim de reconhecer e desenvolver outras habilidades e se focar nelas. No mercado pós-crise, o grande diferencial não será seu conhecimento específico, mas o quanto suas outras aptidões e conhecimentos amplos podem acrescentar ao seu trabalho.

Qualquer que seja o caso, esse profissional terá de repensar a relação entre a máquina e o ser humano que a utiliza, seja sob o ponto de vista estético, social, político, econômico e ambiental. É justamente desses questionamentos que poderão surgir novas tecnologias e produtos que estimulem o cliente a mudar seus hábitos de consumo.

(*) - Graduado em Economia pela USP, mestre em Marketing Internacional pela FGV-SP, ex-professor de pós-graduação de Marketing Estratégico na ESPM-SP, é gerente de negócios corporativos da Thomas Case & Associados.

Projeto endurece penas contra empresas corruptas

Pedro França/Ag.Senado



Autor do projeto, senador José Pimentel (PT-CE).

Um projeto torna mais dura a punição contra empresas responsabilizadas por corrupção. Pela legislação em vigor, as pessoas jurídicas condenadas administrativa ou civilmente por atos contra o poder público podem pagar multa no valor de até 20% do faturamento bruto. Além da reparação financeira, o projeto, que aguarda designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça, cria duas novas sanções.

A primeira, proíbe que a empresa responsabilizada por corrupção receba incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de órgãos, entidades ou instituições financeiras controladas pelo poder público. A punição vai de um a cinco anos e vale apenas no âmbito do ente federativo que sofreu o dano; a segunda, cancela o vínculo entre a pessoa jurídica e o poder público. O texto prevê a revogação de delegações, autorizações e permissões, a cassação de licenças

e a rescisão de contratos relacionados ao ato que provocou o dano ao erário.

Do senador José Pimentel (PT-CE), o projeto também amplia as situações em que uma pessoa jurídica pode ser enquadrada na Lei Anticorrupção. A responsabilização pode ocorrer mesmo que a firma não receba a vantagem ou o benefício pretendido. A punição independe do tipo de vínculo entre o indivíduo responsável pelo ato de corrupção e a empresa beneficiada pelo crime.

O projeto estabelece ainda a cumulatividade de penas, caso o ato cometido contra o poder público também resulte em infração à ordem econômica. Quando o mesmo ato configurar improbidade administrativa ou crime, o juiz competente pode conceder perdão judicial ou reduzir a pena privativa de liberdade dos representantes das empresas infratoras que colaborem com a investigação e o processo criminal (Ag.Senado).

Maioria de mulheres e baixa escolaridade marcam o perfil do eleitorado

As eleições deste ano contarão com um perfil de eleitores mais maduros: 10,67% têm entre 60 e 69 anos e 24% — a maioria do eleitorado — está na faixa etária de 45 a 59 anos

As mulheres nesta faixa de idade, que têm baixa escolaridade e moram na região Sudeste, representam a maior parte dos eleitores. Gênero e renda são duas das variáveis que poderão melhor explicar o voto do eleitor, segundo indica o doutor em Ciência Política, Leonardo Barreto.

Nas eleições deste ano, as mulheres são 52,5% dos eleitores aptos a votar, correspondendo a 77,3 milhões de eleitoras. Homens são 47,5%, representando 69,9 milhões de votantes. Houve um aumento de 3,7% no eleitorado, comparado com 2014. São 147,3 milhões de eleitores cadastrados. Outros 1,4 milhão de cidadãos, contudo, não poderão votar nem se candidatar, por estarem com os direitos políticos suspensos. Pela Constituição de 1988, a suspensão ocorre nos casos de incapacidade civil absoluta e condenação



As mulheres de 45 a 59 anos, que têm baixa escolaridade e moram na região Sudeste, representam a maior parte dos eleitores em 2018.

criminal ou por improbidade administrativa.

Já os eleitores jovens, de 16 e 17 anos, representam apenas 0,95% do eleitorado. Esse índice é ainda menor do que na eleição passada. Para este ano, o TSE registrou uma redução de 14,53% no número

de jovens eleitores, mais de 238 mil a menos do que em 2014. Por outro lado, o grupo de pessoas acima de 70 anos, que tem a opção de voto facultativo, aumentou 11,12% em relação a 2014. Leonardo Barreto destaca, contudo, que em geral os eleitores mais novos e

mais velhos, por entrarem na faixa do voto facultativo, têm uma participação mais restrita no resultado das eleições.

O voto também é facultativo para os eleitores não alfabetizados. Para as eleições de 2018, declararam-se analfabetos mais de 6,5 milhões de pessoas, o correspondente a 4,46% doseletores. A porcentagem é alta: nas pesquisas de intenção de voto, quatro candidatos à presidência da República — dentre os que estão acima de 0% — têm menor percentual.

A maior parte do eleitorado, porém, também possui baixa escolaridade: 25,84% possuem ensino fundamental incompleto — são 38,06 milhões de pessoas. Outros 33,6 milhões de eleitores afirmaram ter concluído, pelo menos, o ensino médio. Já os eleitores com ensino superior somam 13,5 milhões de cidadãos, segundo a base de dados do Cadastro Eleitoral (Ag.Senado).

Tratamento no SUS para perda ou transtorno de fala

A Câmara analisa proposta que torna obrigatório o tratamento para perda ou transtorno de fala no SUS. O projeto do deputado Ronaldo Lessa (PDT-AL) prevê que as redes de unidades públicas ou conveniadas prestem tratamento integral para as pessoas acometidas por doença degenerativa, genética, neurológica, infecciosa e autoimune; acidente vascular cerebral, tumores; traumatismo cranioencefálico; paralisia cerebral.

Estão incluídos no tratamento recursos como equipamento, instrumento, tecnologia ou software de tecnologia assistiva. O parlamentar explica que a discriminação e a falta de autonomia se fazem presentes nas vidas das pessoas acometidas por problemas na fala, que, por vezes, perdem o direito à educação, ao trabalho, à cultura, à informação, ao lazer e à vida social.

“As pessoas com deficiência compõem um grupo social, sobre o qual recaem, ao longo da história da humanidade, o estigma, o preconceito e a rejeição”, afirmou Lessa. O projeto, que tramita conclusivamente, será analisado pelas comissões de Seguridade Social e Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça (Ag.Câmara).

Governo libera R\$ 1 bilhão para projeto de inovação em municípios

O governo federal disponibilizará R\$ 1 bilhão para o financiamento de projetos de inovação visando ao desenvolvimento das cidades brasileiras. O anúncio de lançamento do programa Cidades Inovadoras foi feito ontem (27) pelo presidente Michel Temer. “Hoje, lançamos o ‘Cidades Inovadoras’. São R\$ 1 bilhão, nos próximos dois anos, para projetos que transformarão nossas cidades. É uma conquista para a ciência brasileira”, disse na cerimônia de lançamento do programa, no Palácio do Planalto.

De acordo com o Ministério da Ciência e Tecnologia, o programa objetiva descentralizar, por meio de parceria com agentes financeiros credenciados, os financiamentos de atividades de inovação e, dessa forma, expandir a atuação da Financiadora de Inovação e Pesquisa (Finep) no país. Quatro setores receberão apoio de forma prioritária: saneamento e recursos hídricos; mobilidade urbana; eficiência energética; e energias renováveis.

O presidente da Finep, Ronaldo Camargo, explicou que



Presidente Temer e o ministro da Ciência e Tecnologia, Gilberto Kassab.

o financiamento de infraestruturas em geral é feito por meio do BNDES e que à Finep cabe financiar projetos que tragam inovação a essas infraestruturas e aos serviços fornecidos por ela. “Por exemplo, há um projeto no Pará que busca controlar a perda de água. Com uma tecnologia inovadora será possível reduzir em 50% a água perdida. É esse tipo de projeto que a Finep tem condições de financiar”, acrescentou.

Os recursos a serem usados pelo Cidades Inovadoras serão disponibilizados a agentes

financeiros. Em conjunto com a Finep e as prefeituras, esses agentes analisam os projetos, tendo como critério a inovação. “São recursos volumosos com baixo custo e carência de 2 a 5 anos, para serem pagos em um prazo que vai de 8 a 10 anos. O importante é que esse dinheiro estará disponível já no início da operação”, detalhou Camargo. A perspectiva da Finep é de que, no primeiro ano, sejam apresentados, para análise, entre 200 e 300 projetos (ABR).

Renegociar dívidas de produtores rurais é 1º item da pauta do Senado

A MP que trata da renegociação de dívidas rurais, é o primeiro item da pauta a ser analisado pelos senadores no Plenário após o primeiro turno das eleições. Na última reunião deliberativa, realizada no início de setembro, o texto foi lido e agora está trancando a pauta. Na ocasião, o presidente do Senado, Eunício Oliveira, garantiu que o assunto será votado em 9 outubro. “Todos aqui ainda teremos mandato pelo menos até 31 de janeiro. Então, vamos cumprir com os compromissos assumidos. Tanto na questão do veto ao piso salarial dos agentes de endemias, como nessa medida provisória”, afirmou.

Pouco antes de se comprometer com a votação, a senadora Lídice de Mata (PSB-BA) havia pedido para o tema ser analisado. Segundo ela, a MP poderá beneficiar principalmente produtores do Nordeste que sofreram com adversidades climáticas. Com a MP, o governo altera os termos da renegociação de dívidas rurais oriundos de financiamentos do Pronaf



A MP poderá beneficiar produtores do Nordeste que sofreram com adversidades climáticas.

(Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar); do Prodecer (Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados); e do Prodera (Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (Prodera).

No caso do Pronaf, um dos dispositivos revogados concede um desconto entre 40% e 80% na liquidação das operações contratadas até 2015 e mantém

alguns direitos dos produtores rurais em relação a datas de adesão e concessão de descontos. Ao apresentar a MP ao Congresso, o governo alegou preocupação com os cofres públicos. O custo das renegociações estava colocando em risco o cumprimento da meta de resultado primário (deficit de R\$ 159 bilhões) e o teto de gastos imposto pelo Novo Regime Fiscal (Ag.Senado).

PIB norte-americano cresce 4,2% no 2º tri

O PIB norte-americano cresceu 4,2% em taxa anualizada referente ao segundo trimestre de 2018, de acordo com a terceira e última estimativa do Departamento de Comércio norte-americano, divulgada ontem (27). O resultado foi impulsionado pelos gastos do consumidor, que cresceram 3,8%, além de ter sido estimulado por exportações e investimentos dos governos estadual e federal.

A economia do país ainda vive o efeito dos cortes de US\$ 1,5 trilhão em impostos aprovados pelo governo no final do ano passado, que estimularam o consumo. A corrida dos comerciantes para realizar transações antes da entrada em vigor das taxas norte-americanas a importações também influenciou no resultado. “Nós estamos indo muito melhor do que ninguém pensou que seria possível”, disse o presidente norte-americano, Donald Trump.

O crescimento no período entre abril e junho cumpre a meta do governo, que pretende fechar o ano com expansão de 3% na economia. No primeiro trimestre, os Estados Unidos registraram avanço de 2,2% no PIB. Na última quarta-feira (26), o Federal Reserve, banco central norte-americano, elevou a taxa básica de juros da economia em 0,25 ponto percentual, para um intervalo de 2% a 2,25%, o maior patamar desde 2008. Essa foi a terceira vez em que o Fed elevou a taxa-base no ano (ANSA).



Para veiculação de seus Balanços, Atas, Editais e Leilões neste jornal, consulte sua agência de confiança, ou ligue para